

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.478.452 - ES (2019/0101562-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
AGRAVANTE : SAVIO BENEVIDES ROZA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MINUTA DE AGRAVO QUE NÃO INFIRMA ESPECIFICAMENTE FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 182 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por SÁVIO BENEVIDES ROZA contra a decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição da República, manifestado contra o acórdão prolatado na Apelação Criminal n.º 0001121-30.2016.8.08.0026.

O Ministério Público Federal opina pela negativa de provimento do agravo (fls. 694/695).

É o relatório. Decido.

A Corte de origem não admitiu o recurso especial sob os seguintes fundamentos: (I) a incidência da Súmula n.º 7 do STJ; e (II) o acórdão recorrido estaria em sintonia com a Súmula n.º 83 do STJ.

No entanto, o Agravante, nas razões do agravo em recurso especial, deixou de impugnar, especificamente, o fundamento referente à aplicabilidade da Súmula n.º 83 do STJ.

Na verdade, no tocante à incidência da Súmula n.º 83 do STJ, o Agravante não trouxe nenhum precedente contemporâneo àqueles mencionados na decisão agravada que demonstrasse que o acórdão recorrido estaria em desarmonia com a jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça, motivo pelo qual não se desincumbiu do ônus de demonstrar o desacerto da decisão agravada.

Incide, portanto, o óbice do Enunciado n.º 182 da Súmula desta Corte

Superior Tribunal de Justiça

Superior, que dispõe: "É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."

Ilustrativamente:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE TODOS OS FUNDAMENTOS ESPECÍFICOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA N. 182 DO STJ. DOSIMETRIA DA PENA. PENA-BASE. ILEGALIDADE MANIFESTA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO, COM A CONCESSÃO DE HABEAS CORPUS DE OFÍCIO.

1. É ônus do agravante impugnar as causas específicas de inadmissibilidade do recurso especial, sob pena de incidência da Súmula n. 182 do STJ.

[...]

5. Agravo regimental não provido. Concessão de habeas corpus, de ofício, para reduzir a pena-base do recorrente ao mínimo legal e, por conseguinte, tornar a sua sanção definitiva em 6 anos e 8 meses de reclusão e pagamento de 666 dias-multa." (AgRg no AREsp 743.772/ES, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe 22/08/2018.)

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora